

hipóteses de século

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 9 • 2009

A mãe de todos os vícios
Agostinho de Campos e a crise da massificação

Luís Trindade

Luís Trindade, doutorado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lecturer in Portuguese Modern Studies, na School of Languages, Linguistics and Culture do Birkbeck College, University of London. E-mail: l.trindade@slc.bbk.ac.uk

1. A Guerra como Crise da Consciência Histórica

Poucos acontecimentos têm o estatuto da I Guerra Mundial no interior da narrativa da época contemporânea. Um conjunto reconhecível de mitologias garante-nos, ainda hoje, que depois do conflito *nada voltou a ser como dantes*. É verdade que o mesmo pode ser dito acerca de acontecimentos aparentemente menores, e que nem sempre as rupturas se passam com a espectacularidade das guerras. O papel da de 1914-18 parece no entanto ultrapassar o acontecimento propriamente dito. Não chega dizer que a guerra provocou uma transformação radical sem acrescentar que aqueles quatro anos foram vividos com uma consciência aguda do que é passar por uma transformação radical. Este outro fenómeno prolongou-se muito para além dos campos de batalha, implicando a retaguarda, onde todos se viram envolvidos de forma até aí desconhecida. A ruptura modernista, por outro lado, e ainda que tenha antecedido o conflito e se tenha prolongado para além dele, talvez tenha sido a marca mais visível que a posteridade conservou do efeito da guerra nas percepções. No limite, a I Guerra Mundial decorre em duas dimensões simultâneas, como se o acontecimento tivesse a sua própria consciência, uma segunda dimensão puramente perceptiva que funcionou como instância mediadora perante o impacto do conflito.

A este nível, da consciência individual e das percepções sociais, a guerra parece à partida mais difícil de avaliar. É aqui que agem as mitologias que lhe dão sentido na posteridade. E cuja insistência contribuiu para criar as evidências com que os próprios contemporâneos do acontecimento o explicaram e, explicando-o, o suportaram. A primeira dessas evidências era uma condição de todas as outras: a guerra foi um momento de consciencialização que lhes permitiu libertarem-se das ilusões em que viviam. As formas dessa ilusão foram outras tantas «descobertas» da nova «lucidez» trazida pelo conflito: *o mundo de ontem*¹ era mais feliz e seguro, ao passo que no de hoje (e no futuro) os homens se veriam à mercê de forças arbitrárias e incontroláveis; o progresso tecnológico é portador de destruição e carrega consigo as sementes da decadência moral; a liberdade é relativa e não pode prevalecer sobre o princípio da autoridade.

Não é difícil encontrar estes motivos no muito que Agostinho de Campos escreveu sobre a guerra e o seu período histórico. A começar na ideia que a única coisa de que a guerra podia ser acusada é «de nos haver cortado o sono»² e tudo o resto que semelhante lucidez autorizava: «o mundo inteiro sabe que é inevitável ter amo. O que ele quer evitar é o chicote»³; as invenções do avião e do submarino, «transportadas à prática, têm ceifado aos milhares as vidas de pobres mulheres, e de pobres crianças inocentes»⁴; «os nossos felizes pais, coitados, não viram nada»⁵; «povos inteiros vêem o seu futuro tão incerto, como se o tivessem jogado tudo num bilhete de lotaria, ou numa cifra de roleta.»⁶ Se articularmos todas estas ideias de trás para a frente podemos reconstituir no essencial a

¹ *O Mundo de Ontem* é o título da autobiografia de Stefan Zweig, onde o escritor austríaco revela detalhadamente como um membro privilegiado de uma das mais prósperas e efervescentes sociedades europeias oitocentistas sofreu, perplexo, a crise das guerras mundiais.

² CAMPOS, Agostinho de – *A Europa em Guerra*, p. 264.

³ CAMPOS – *A Europa...*, p. 242.

⁴ CAMPOS – *O Homem, Lobo do Homem*, p. 67.

⁵ CAMPOS – *A Europa...*, p. 179.

⁶ CAMPOS – *O Homem...*, p. 55.

narrativa da mitologia da ruptura: perante a derrocada da estabilidade e segurança do mundo burguês do século XIX, os contemporâneos só podiam invejar a inocência dos seus predecessores que ainda puderam acreditar nos benefícios do progresso tecnológico e do liberalismo político; agora, pelo contrário, a falência de ambos arrastou consigo a confiança na perfectibilidade humana e, perante um mundo desencantado, pessimista e cínico, só restava apelar a novas disciplinas a recuperação da ordem perdida. Leitura que devia ser entendida, para concluir, como um exercício de realismo puro e simples ao alcance da reflexão do homem comum.

A dramatização que a análise da guerra implicou beneficiou aqueles que a reforçaram. Perante a catástrofe, o catastrofismo sobrepôs-se a leituras mais sóbrias ou optimistas, e a lucidez de que temos falado tendeu a ser associada à capacidade em identificar a ruptura e em insistir na ideia de que *nada voltaria a ser como dantes*. Neste sentido, se percorrermos as centenas de artigos que Agostinho de Campos publicou e compilou em cinco volumes sobre a guerra entre 1915 e 1925, verificamos facilmente o motivo por que ele surgiu, aos olhos de muitos dos seus contemporâneos, como o intelectual lúcido por excelência, dos poucos capazes de pairar acima do caos em que mergulhara a realidade.

Mais interessante, talvez, é ver como ele também se enganou ou, para falar mais rigorosamente, como no que ele escreveu perpassa muitas vezes, não só a perplexidade, como a instabilidade do momento histórico. Vimos como as imagens da lotaria e da roleta – o jogo e a sorte que decidem da fortuna ou da miséria – lhe serviram para mostrar que, com a guerra, tudo deixara de ser seguro: «Há homens que acordam de manhã com as suas fortunas triplicadas, e outros que tinham sido remediados ou ricos, e à noite não conseguem adormecer, porque não sabem como almoçarão no dia seguinte.»⁷ A guerra, mais do que nas trincheiras, começava para a maioria por ser visível na instabilidade da situação económica. Nada disto parecia ainda minimamente previsível em 1912 quando Campos assegurara que «o sistema nervoso financeiro» mundial, ao estabelecer relações de interdependência entre as maiores economias, subordinara os interesses militares e dominara «os erros, as fantasias e as histerias da política.»⁸ Reflectindo sobre o modo pacífico como Alemanha e França tinham resolvido a crise de Marrocos em 1911, concluía que passara o tempo das guerras entre grandes potências. Apenas um par de anos mais tarde, porém, a solidez do sistema rui­ria no caos.

Este tipo de exemplo não serve aqui para demonstrar que os contemporâneos (aqueles que o leram nos jornais e lhe compraram os livros, mas também os que apostaram no seu nome para vender jornais e livros) se enganaram a respeito da sua lucidez. Servem, antes, para colocar a nossa análise noutros termos: Campos julgou, do ponto de vista do conservadorismo que era a base do seu pensamento, ter uma chave para ler os acontecimentos. Acompanhou-os, assim, a par e passo através de uma linha de leitura com que foi redefinindo as novas condições de possibilidade das suas próprias convicções políticas, éticas e morais. O que a nossa leitura pode mostrar, então, é que, mais do que o retrato que um intelectual conservador fez da sua época, os seus textos mostram como os acontecimentos ajudaram a definir o seu próprio pensamento e a moldar a forma específica de uma tomada de posição conservadora perante o que se estava a passar. Por outras palavras,

⁷ CAMPOS – *O Homem...*, p. 55.

⁸ CAMPOS – *A Europa...*, p. 77.

é Campos, mais do que a crise da I Guerra Mundial e do período que se lhe seguiu, que se mostra nos seus livros e artigos escritos ao longo das décadas de dez, vinte e trinta. Ou, talvez mais especificamente: o que este artigo tratará é do modo como a crise impôs uma série de negociações a um intelectual conservador que, através de frequentes inflexões de pensamento e não raras contradições, procurou salvaguardar o que entendia como essencial e que estava ameaçado no meio da confusão política generalizada.

Quando, vinte anos após o fim da primeira, estava prestes a iniciar-se a segunda guerra, Campos, em novo momento de catastrofismo e perplexidade (onde os leitores, que nesta altura eram já também ouvintes das suas palestras radiofónicas, continuavam a ver sobretudo lucidez), estabeleceu uma hierarquia das responsabilidades do que se tinha passado nessas duas décadas. Perante a anexação da Áustria pela Alemanha, em 1938, questionaria: «E o verdadeiro assassino quem é? Hitler, o *Führer* enfurecido ?ou os tratados de paz de 1919, grávidos de profundos desequilíbrios, e até de guerras futuras?»⁹ O problema começara então antes e começara, desde logo, às mãos do armistício desenhado pelas «duas grandes democracias ocidentais», a Inglaterra e a França. Mas tinha-se agravado, entretanto, com as consequências da Revolução Russa. As responsabilidades começavam assim nas democracias representativas do *status quo* europeu e mundial, que não tinham sabido ganhar a primeira guerra abrindo caminho, com uma paz irrealista, para a segunda. A União Soviética, primeiro, e o alastrar da ameaça comunista por toda a Europa, depois, intensificariam ainda mais os motivos da crise: «É a força dos regimes autoritários (dos que os marxistas chamam odientamente *fascismos*) vem-lhes apenas de que estes [os regimes autoritários] aproveitam o que aqueles [as democracias ocidentais] abandonam. Uns, calcando aos pés o real, só patinham e chafurdam no atoleiro das suas quimeras e loucuras; os outros, apanham do chão as realidades, pegam nelas e levam-nas para diante.»¹⁰ A hierarquia das responsabilidades podia então resumir-se da seguinte maneira: os acontecimentos provocados pelos nazis na Áustria – ou pela Itália fascista na Abíssinia – não eram mais do que uma reacção, exagerada mas compreensível, perante as duas formas de irrealismo contemporâneo: o comunismo, mais ameaçador, mas ainda assim não tão poderoso quanto as democracias centrais.

A questão estava então em identificar o que era a realidade (veja-se como ele insiste neste pormenor: enquanto uns «calcamos aos pés o real», outros pegam nas realidades e «levam-nas para diante») e delimitá-la. A lucidez, no fundo, era menos a capacidade de ler o real do que identificar o que era ou não a realidade. Trata-se de um ponto decisivo¹¹. Os fascismos, com toda a violência e irracionalidade que Campos, deve dizer-se, lhes reconhece, eram apenas uma resposta à sobrevivência das ilusões oitocentistas a que a primeira guerra devia ter posto fim. «A importância de Hitler e Mussolini vem-lhes de muitas tolices feitas por uns meninos grandes, chamados socialistas e comunistas, na Alemanha e na Itália. É gente que quer fazer coisas muito bonitas, mas vai-se a ver quebra tudo e não sabe consertar nada»¹², escreveu em «A crise explicadas às crianças».

⁹ CAMPOS – *Falas sem Fio*, p. 15.

¹⁰ CAMPOS – *Falas...*, p. 19.

¹¹ Para Alain Badiou, as discussões políticas são normalmente divergências menores no interior do acordo sobre o que existe, quando o ponto decisivo é anterior e trata de decidir sobre o que existe e o que não existe.

¹² CAMPOS – *Falas...*, p. 97.

Na realidade, naquele momento Campos já levava vinte anos a insistir na mesma coisa. Quando a primeira guerra acabou, o problema parecia ter sido resolvido e a vitória fácil de atribuir. Triunfara, escreveu naquele momento num artigo intitulado «Guerra e democracia», «o que tem os pés na terra, raízes na alma e no sangue, alicerces fundos no passado», ou seja, «tudo aquilo que é antigo pela simples razão de ser eterno.»¹³ Em duas palavras auto-evidentes, a vitória fora do «concreto e natural.» O *concreto e natural*, como ficara claro nos exemplos que deu («a tribo, a raça, a língua, a tradição e a história nacional»), devia ser a realidade óbvia para todos, aquela que nem sequer necessitava de interpretação. Inversamente, devia também ser facilmente consensual que as ideologias herdeiras do século XIX eram o que de *abstracto e artificial* acabara derrotado em 1918 e, nesse sentido, estariam irremediavelmente condenadas.

O que a sua lucidez de 1918 não previu, mas que a sua lucidez de 1938 se apressou a explicar, é que, entretanto, aquelas ideologias não só sobreviveriam na forma democrática – com episódios irrealistas, ou seja, não consonantes com a realidade «concreta» e «natural» como o movimento trabalhista em Inglaterra e a Frente Popular em França – como seriam radicalizadas pela emergência da sua versão comunista. Agostinho de Campos sentia-se, como já sugerimos, pouco atraído pela exuberância fascista. O seu universo de referências políticas e culturais era ainda francês e inglês, nas suas versões mais conservadoras e clássicas, naturalmente. O que significa que, quando criticava asperamente a França e a Inglaterra pelo modo como se tinham deixado afastar da realidade concreta e natural e persistiam em formas abstractas e artificiais de governar as suas sociedades, fazia-o por dentro, como se falasse do seu próprio mundo.

Ora, se procurarmos menos a coerência destas ideias do que, como proposto de início, a forma como foram moldadas pelos acontecimentos, talvez nos seja possível partir daqui com uma hipótese inicial cheia de consequências: o fascismo não surgiu do exterior do universo político herdeiro do liberalismo oitocentista; emergiu com a colaboração, mais activa ou passiva, do sector mais conservador do próprio liberalismo¹⁴. Era perante um mundo ameaçado pelo caos que o conservador Agostinho de Campos compreendeu e, em certo sentido, aceitou, o fascismo. Podê mesmo dizer-se que, mesmo que sem consciência disso, contribuiu activamente para o processo: Campos nunca aplicou a sua lucidez com tanta vivacidade como nos momentos, frequentes, em que se dedicou a desmontar, um por um, todos os traços com que as ideologias do progresso oitocentista (onde incluía, quase indistintamente, as formas políticas do liberalismo, positivismo e comunismo, bem como as diversas manifestações da cultura de massa) transformavam quotidianamente a realidade. Desfazer as ilusões do século XIX, que, como começámos por ver, foi o objecto de uma das principais mitologias em torno da guerra, talvez tenha sido o seu tema preferido, e foi seguramente também onde a sua ideologia se revelou de forma mais decisiva.

¹³ CAMPOS – *A Carranca da Paz*, p. 60.

¹⁴ Enzo Traverso, em *À Feu et à Sang*, dá a medida da impossibilidade de se pensar um exterior dos grandes combates do período de entre as duas guerras: os liberais e o liberalismo dividiram-se, consoante o seu maior progressismo ou conservadorismo, entre as duas grandes correntes do fascismo e da resistência numa guerra civil internacional europeia.

2. A Leitura Política: Crise da Massificação

A cumplicidade, ou apoio, que as elites conservadoras do liberalismo deram ao fascismo é indissociável de uma narrativa onde o início do século XX é mostrado como uma espécie de século XIX corrompido e mergulhado no caos. Sem a percepção construída por esta imagem, o fascismo surgirá sempre como um fenómeno bizarro, estranho, na sua radicalidade e exuberância, a qualquer tradição política familiar, e sobretudo nos antípodas do conservadorismo contemporâneo de Agostinho de Campos. Esta percepção e a sua narrativa são, por isso, centrais para o nosso argumento. Campos troçou vezes sem conta com o que entendia ser a ilusão do progresso e da transformação: a forma desta paródia andava invariavelmente à volta da ideia de que, para insistir em motivos que já nos são familiares, o liberalismo acreditava irrealistamente na capacidade das suas instituições em mudar as sociedades e, em particular, na capacidade da palavra escrita em transformar a realidade.

É neste sentido que fala ironicamente da «grande fé na força germinativa e criadora de uma larga sementeira de artigos e parágrafos»¹⁵ – «cândido parágrafo!»¹⁶, acrescentaria noutra ocasião a propósito de um caso específico – própria das legislações constitucionais, ou que narra a história do liberalismo, português mas não só, como o processo em que «a eloquência política aprendeu facilmente o que lhe era preciso: aprendeu a mentir e a enganar.»¹⁷ Se o efeito corruptor da política dependia estritamente da ideia de realidade, era na medida em que a vida autêntica existia fora da realidade política que se podia argumentar que esta, no seu irrealismo, corrompia aquela. O que acontecia desde logo, como fica claro nas referências à eloquência política e aos parágrafos legislativos, através da palavra:

A língua geral ou natural procura em regra ser clara, e é quase sempre franca, directa, decidida. A língua culta, e a oficial dentro desta, favorecem muitas vezes, quando expressamente não procuram, a confusão e o equívoco. Muitas vezes mete-se nisto a política, mestra em reticências, eufemismos, duplicidades verbais, e outras artes de esconder o pensamento por meio da palavra, que devia ser seu reflexo ou clarão.¹⁸

A base da corrupção contemporânea, a forma como o mundo oficial da política se intromete na realidade natural e concreta, assume assim uma estrutura linguística, quando não mesmo comunicacional. Tudo se passa como se a esfera pública fosse, ao contrário do modelo habermasiano, o próprio espaço da irracionalidade e da corrupção. Isto levantava, para Campos, dois problemas fundamentais. O primeiro é mais evidente: um espaço público formado por «tavolagens, tabernas, lupanares»¹⁹ e por formas literárias (que, para além da imprensa e do romance de cordel, passaram a certa altura a incluir o cinema) espalhando profusamente «a asneira e a maldade», tinham feito nascer uma distopia cultural onde «a história dum país [fora] transformada em *Galeria de criminosos célebres*, delícia

¹⁵ CAMPOS – *Ler e Treslar*, p. 95.

¹⁶ CAMPOS – *Educar na Família, na Escola e na Vida*, p. 105.

¹⁷ CAMPOS – *Ler...*, p. 136.

¹⁸ CAMPOS – *Glossário de Incertezas*, p. 103.

¹⁹ CAMPOS – *Educar na Família...*, p. 272.

das alminhas insaciáveis de vandalismo», cheia de «certo cinismo almaço, para rapazotes arrebitados» e de «psicologiazinhas amantéticas [...] com grande freguesia de manucuras e dactilógrafas»²⁰. E isto representava um problema, na medida em que tal distopia deixava de fora «um povo inteiro de gente sã e simples, bem merecente de que nasça para ela o sol de uma literatura sã e simples, escrita em linguagem sã e simples.»²¹ O cinismo dos rapazotes arrebitados e a psicologiazinha amantética das manucuras e dactilógrafas representavam o mundo facilmente identificável ao universo citadino que desprezava a realidade onde vivia a gente sã e simples.

Ora, nesta curta descrição da corrupção moderna através do espaço público insinua-se já o segundo problema levantado por Campos, de que dissemos ser menos evidente que o primeiro. É menos evidente, precisamente, na medida em que a análise de Campos se desloca da política para a cultura de massa e faz desaparecer o poder como agente da corrupção. Enquanto na crítica ao liberalismo eram os políticos e o seu sistema que impunham a irrealidade à realidade, na estrutura comunicacional massificada quem corrompe a gente sã e simples são, não os directores de jornais, os escritores de novelas populares ou os realizadores de cinema, mas as «alminhas insaciáveis de vandalismo» que compõem os públicos urbanos.

Ou seja, e numa interessante inversão da análise, depois de um momento em que o poder e as suas elites surgem como forças que oprimem a sociedade forçando-a a transformar-se, é a própria forma da sociedade transformada que assume o papel de agente corruptor. Esta forma, como se lê facilmente nas diversas designações que Campos lhe atribui, era a massificação. A massificação surge assim, na sua descrição catastrofista, como a imagem acabada da materialização social do irrealismo, do caos e da corrupção. Mas se esta imagem das massas é clara, as suas causas e explicação surgem-nos cobertas de ambiguidade. Assim, e em síntese, se por um lado é possível ler em Agostinho de Campos as massas como o «rebanho humano» a partir do qual a «psicologia das multidões» da «indústria e do comércio modernos» tem de «aumentar o número dos carneiros por todos os sistemas de sugestão», imagem onde se lê uma crítica ao capitalismo e à sua necessidade de aumentar constantemente a produção industrial com o apoio da publicidade²², por outro lado as massas surgem já como a própria ameaça.

A ambiguidade de Campos reflecte, afinal, a ambiguidade fundamental da própria noção de massificação, evidente desde logo na expressão *cultura de massa*, a partir da qual nunca fica claro se se trata da cultura feita para as massas (e para fazer esta distinção Adorno preferiu falar de indústrias culturais) ou se é antes a cultura feita pelas massas. E não fica claro porque na própria sugestão de quantidade que *massa* implica, a massificação está dos dois lados do diálogo cultural: nas páginas como na leitura dos jornais; no ecrã

²⁰ CAMPOS – *Ler...*, p. 192

²¹ CAMPOS – *Ler...*, p. 192.

²² Leia-se integralmente o parágrafo de onde foram retirados estes excertos: «A indústria e o comércio modernos, associados à fecundidade da máquina e por esta arrastados na torrente da grande produção, puseram-se a estudar a psicologia das multidões e ficaram doutores na matéria. Fabricar *em série*, como agora se diz, não significa apenas contar com o rebanho humano e a sua capacidade de compra; tem de ir e vai mais longe: tem de aumentar o número dos carneiros por todos os sistemas de sugestão, um dos quais consiste em crismar as coisas velhas com nomes novos, arrevesados, estrangeiros ou estrangeirados. A imbecilidade do Rei dos Animais é mina de ouro para quem a sabe aproveitar.» In CAMPOS – *Glossário...*, p. 216.

como nas plateias dos cinemas; nos programas políticos como nas manifestações que se mobilizam atrás de si. Ou seja, as massas são já o espectáculo da sua própria cultura, e quando Campos, no limite da sua distopia contemporânea, descreve as novas formas massificadas como aquelas que são «metidas pelos [...] olhos adentro»²³ e celebra aqueles que existem «de dentro para fora, segundo a norma de toda a existência verdadeira» e não «de fora para dentro»²⁴, está afinal a mostrar que essas massas se transformaram, de ameaça, em elemento de opressão.

As massas são assim mais do que o sujeito de uma determinada corrente política. Não se trata apenas, por exemplo, do proletariado do movimento comunista. A massificação é um fenómeno com implicações sociais generalizadas: implica a desarrumação das hierarquias, por um lado, mas é sobretudo uma nova forma de existência colectiva que parece impor-se por todo o lado. É precisamente a ubiquidade da massificação, descrita antes de mais por Agostinho de Campos como a imposição constante da estridência dos sons e da espectacularidade das imagens da cultura de massa, que a faz aproximar-se da ideia de totalitarismo. O totalitarismo, segundo Campos, é a própria massificação, e se esta começa então por ser sobretudo visível nas novas formas culturais, é a sua forma de materialização política que traz consequências mais graves para o momento histórico. Após mais uma inversão dialéctica, chegamos à síntese do seu retrato dos tempos: as elites políticas corromperam o povo simples, massificando-o, e a massificação voltou-se contra a civilização corrompendo por sua vez a sua cultura e deixando as elites à mercê da ameaça política das massas transformada em ameaça totalitária.

A primeira forma política desta ameaça, que englobaria depois vários avatares, era a democracia. Democracia, massificação e totalitarismo funcionam assim metonimicamente como sinónimos. As leis escritas da democracia impunham o seu poder hegemónico sobre uma sociedade entretanto homogeneizada pela massificação cultural, e vice-versa. Além de irrealista, a forma de governar democrática não podia deixar de viver à mercê da inconstância de uma opinião pública dominada pela cultura de massa. A democracia, nestas circunstâncias, era um tipo de regime condenado à paralisia: enquanto regimes de massa, os regimes democráticos estavam construídos sobre formas demagógicas de manipulação, mas esta manipulação estava já ela própria dependente dos caprichos daquela inconstância²⁵. Compreende-se como, para Agostinho de Campos, o sistema da democracia massificada representava tudo o que ele combatia: a homogeneização que punha em causa as hierarquias, as formas de governo artificiais que corrompiam o mundo concreto e natural, as tentações do progresso e da transformação que distraíam as sociedades do seu dever.

²³ CAMPOS – *Falas...*, p. 172.

²⁴ CAMPOS – *Falas...*, p. 85.

²⁵ Note-se como Campos justifica a hostilidade das opiniões públicas europeias em relação ao desfecho da Guerra Civil Espanhola: «Porque dentro do seus países oposições públicas ideológicas, apaixonadas e mal informadas, odeiam cegamente o general Franco e a Espanha nacionalista, e não querem que a guerra civil acabasse, senão ao sabor das suas ideologias, sectarismos e paixões...». In CAMPOS – *Falas sem Fio...*, p. 190. Mais do que manipulada pela democracia, a opinião pública manipula a democracia que assim se torna pouco mais do que um epifenómeno político das ideologias, sectarismos e paixões próprios das massas. O resultado é paralisador: «Ora, se nas duas grandes democracias governam assim mais as oposições activas do que os governos paralisados, emendemos então o provérbio que diz: grande nau, grande tormenta – e digamos: grande democracia, grande paralisia...», CAMPOS, p. 193.

Todos estes combates eram importantes, mas nenhum tão importante como o último, de cujo destino dependiam os dos outros dois. Qual era o dever de qualquer sociedade e de cada um dos seus membros? Numa palavra, o trabalho. O trabalho era não só a forma que aproximava os homens da natureza, aquilo que definia o que era a sua vida concreta, mas também o elemento organizador das diferentes classes sociais num todo harmónico. Uma sociedade que aceitasse o trabalho como a base da sua estrutura e finalidade do seu funcionamento era uma sociedade que não se distrairia com as demagogias da política nem com as utopias do igualitarismo. Neste sentido, na medida em que tudo depende e circula em torno do valor trabalho, o seu negativo, a ociosidade, não podia deixar de ser considerada *a mãe de todos os vícios*, título de um livro publicado por Agostinho de Campos em 1922.

Pode talvez parecer estranho que um factor não directamente ideológico, ou melhor, não directamente doutrinário, surja assim como o elemento organizador de um programa conservador no momento da ressaca da guerra e advento generalizado do autoritarismo nacionalista. Já noutro lugar pude chamar a atenção para o início da década de vinte, e muito em particular para o ano de 1922, como um momento chave de hegemonização do nacionalismo português e do seu rol de valores: a história, a religião e a moral²⁶. Ora, o trabalho não parece à primeira vista um dos valores eternos que Campos julgara terem saído vencedores da I Guerra. Mas é exactamente por isto, pela maneira directa como o trabalho liga a ideologia à situação concreta dos movimentos sociais e políticos do início do século, que Campos não teve dúvidas em o eleger como questão central do tempo da massificação. O que permitia refazer a leitura da guerra – e da revolução – como ponto de chegada da decadência oitocentista num sentido muito mais preciso:

Ultimamente veio a guerra, com as suas loucuras adjacentes: o delírio do esbanjamento, as mancebias da negociata e da política, a febre complementar das emissões fiduciárias sem cerimónia, a jogatina sem freio na bolsa ou na batota, a maluqueira burguesa do açambarcamento, irmã sócia do tédio proletário ao trabalho, à disciplina e à economia...²⁷

A imagem de caos, como noutras ocasiões, era o que lhe permitia, depois, atribuir as responsabilidades e idealizar as soluções. A crise do trabalho implicava, simultaneamente, questões de desordem social – como quando a burguesia se entregou à especulação – e de demagogia política – quando a especulação burguesa desvalorizou o trabalho proletário. Em primeiro lugar, porque as classes responsáveis se demitiam, nos sistemas democráticos, do dever pedagógico para com as classes subalternas: «é a degeneração parasitária da classe média, que devia ser a educadora do povo e a criadora de riqueza pública, mas que entre nós perdeu o instinto e o hábito destas duas funções importantíssimas.»²⁸ Em segundo lugar, e como consequência, porque a cultura da massificação resultante da demagogia política democrática ficava assim entregue aos seus instintos indisciplinados: «É até lá convençam-se de que, onde e quando todo o trabalho passa de moda, o primeiro trabalho

²⁶ Cf. TRINDADE, Luís – *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a literatura e a política*.

²⁷ CAMPOS – *A Mãe de Todos os Vícios*, p. 166.

²⁸ CAMPOS – *A Mãe...*, p. 88.

que se torna repugnante e ridículo é naturalmente o mais estúpido e o mais suado. O músculo vinga-se do seu retesamento secular e experimenta as delícias da lassidão repousada.»²⁹ A imagem da solução era ainda uma utopia, mas que na realidade se confundia com a idealização do mundo intemporal do imaginário conservador:

Um camponês mais providente que o seu vizinho, ou um operário mais poupado que o seu camarada, conseguiu, a poder de trabalho e de vida exemplar, dar ao filho instrução mais completa do que a que teve ele próprio. E este filho, assim armado da inteligência que herdou, apurada pela educação que recebeu, vai ser, na geração que vem, patrão de lavoura científica ou chefe de indústria progressiva: vai multiplicar, pela direcção ilustrada, o trabalho humilde e o conforto necessário, de novas gerações de lavradores ou de operários. Mas se este filho, que saiu do povo, se volta mais tarde contra o povo, é evidente que ele traiu a um tempo o seu passado e o seu futuro, a sua origem e a sua missão.³⁰

A primeira leitura do quadro social descrito por este excerto resiste, parece-me, a uma classificação política imediata. O que ali está não é apenas o mundo estático, económica e socialmente, da pré-modernidade. A economia surge já claramente com uma dinâmica capitalista, onde inclusive se contempla a possibilidade de alguma mobilidade social. Mobilidade que, no entanto, refluí sobre si própria num reforço de pertença às origens. Ou seja, é possível pensar na ascensão de camponês a patrão de lavoura («científica»), ou chefe de indústria («progressiva»), e até no papel da educação nesse processo. Mas o que conta em última instância são os valores da poupança, da previdência e da humildade, e uma estrutura em que a mobilidade é entendida como herança, filiação e origem. O que nos dá a medida da importância desta imagem para o Portugal conservador do início do século XX: o que ali está é um compromisso, ou uma negociação, entre uma estrutura social tradicional e um processo económico moderno, compromisso que procura alcançar, através do valor do trabalho, uma boa média entre conservação e mudança. Trata-se de um compromisso entre liberalismo e conservadorismo onde é possível ler, com muita exactidão, o que foi a doutrina e a prática política do salazarismo.

Pensar o trabalho, o seu valor político e papel na organização social, era a única forma de combater os três grandes processos históricos de dissolução civilizacional do pós-guerra, cujo único denominador comum era terem, precisamente, o trabalho como causa e sintoma. O primeiro desses processos é previsível, e por ser aquele de que Agostinho de Campos mais se distanciava, é também o que se identifica com mais facilidade: a ditadura do proletariado com que, na Rússia comunista, o trabalho manual tinha subvertido todos os alicerces da estrutura social. O segundo e o terceiro não eram menos graves, sobretudo na medida em que indicavam, logo à saída da primeira guerra mundial, como o trabalho seria a principal causa de um segundo conflito:

a Alemanha, trabalhando, conseguirá pagar não só os esforços que fizemos para a vencer, mas também e principalmente as delícias de descanso e gozo a que nos entregamos depois de a termos vencido. E se as coisas correrem sem complicação de maior, ainda se obterá desta

²⁹ CAMPOS – *A Mãe...*, p. 182.

³⁰ CAMPOS – *A Mãe...*, p. 90.

maneira outro resultado maravilhoso: é que, do mesmo passo que procuramos empobrecer a Alemanha para da sua pele tirarmos o prémio da nossa valentia guerreira, nos preparamos para a enriquecer com a nossa ociosidade coroada de louros vitoriosos.³¹

Mais uma vez, a lucidez de Agostinho de Campos surge aqui em todo o seu esplendor. O problema da paz de 1919, e a que ele em 1938 atribuiria a responsabilidade da nova guerra, era que castigava a Alemanha precisamente através daquilo que a fortaleceria: obrigando-a a produzir. O trabalho aparece nesta leitura como o elemento explicativo da prosperidade dos regimes de autoridade – derrotados pela guerra – e, pela negativa, da decadência das democracias vencedoras. A lucidez, como estamos agora em condições de ver, consistia no essencial em aceitar discutir, ainda que de um ponto de vista conservador, a realidade da massificação como um facto incontornável daquele momento histórico. Porque se massificação podia significar cultura de massa e democracia, sentidos em que devia ser absolutamente recusada, ela era também produção industrial, e mesmo capitalismo desde que assente no trabalho (e não, como vimos, na especulação) e enquadrado pelo tradicionalismo cultural e pela autoridade política em benefício da maioria.

3. A Massificação do Senso Comum

O último problema que se nos coloca perante estas ideias é então de se saber quem é aquela maioria, ou seja, qual é a parte que passa pelo todo no sistema desta intervenção intelectual. A certa altura ainda durante a I Guerra, Campos chamou-lhe «partido do meio-termo» e descreveu-o assim:

Este partido do Meio-Termo é o mais numeroso que existe em todas as democracias, mas é também o mais impotente. Compõe-no a gente sensata, cordata e pacata que não quer folias, nem bulhas, nem berros, e que exactamente por não querer nada disto, se deixa sempre vencer pela minoria insignificante e medonha dos berradores, dos agitados e dos loucos.³²

Podemos imaginar que o rapaz a quem dirigiu uma carta publicada em *O Homem, a Ladeira e o Calhau* seria um dos membros deste «partido»:

o teu partido tens de começá-lo de princípio, primeiro sozinho, para que a pouco e pouco vá crescendo, com dois, com três, e só mais tarde com muitos como tu. Não será um partido político, mas um partido moral. Já sabes que o seu Programa se resume em Virtude, a sua Propaganda em Exemplo e a sua Acção em Sacrifício.³³

A carta, publicada em 1924, enumera um extenso rol de calamidades modernas (a decadência demográfica francesa, a demagogia do trabalhismo inglês, o materialismo norte-americano, etc.) e opõe-lhe a história nacional e o trabalho como base da moral do

³¹ CAMPOS – *A Carranca...*, p. 150.

³² CAMPOS – *A Europa...*, p. 58.

³³ CAMPOS – *O Homem, a Ladeira e o Calhau*, p. 315.

indivíduo e da coesão social. O partido do meio termo da maioria e o partido moral deste rapaz eram, simultaneamente, o que recusava a política representada pelas instituições democráticas, por um lado, e o que escapava à imposição da cultura de massa, por outro. Ou, para usarmos os termos do próprio Campos, os valores da sensatez, da cordialidade e da pacatez, bem como a virtude, o exemplo e o sacrifício, opunham-se às folias, bulhas e berros dos loucos, dos agitadores e dos berradores.

O trabalho era a sua ideologia. Mas que forma tomaria a sua cultura? A «Carta a um Rapaz» não é, apesar de ter sido inicialmente escrita para um jornal, apenas, nem em primeiro lugar, uma intervenção de um intelectual no espaço público. Cruz Malpique, biógrafo de Agostinho de Campos, contaria como ele estranhou a impessoalidade dos microfones da rádio quando iniciou as suas palestras na Emissora Nacional.³⁴ Aos poucos, porém, habituou-se, e conseguiu que a sua voz chegasse a cada um dos ouvintes como se o próprio locutor estivesse na sua presença. De uma maneira geral, foi esta a forma que tomaram todas as suas intervenções públicas: dos artigos de jornal às palestras radiofónicas, ele falou sempre como se estivesse numa sala a conversar pessoalmente com o seu interlocutor, ou como se estivesse a enviar uma carta pessoal a um rapaz.

Campos não se parecia então com o intelectual que, na tradição recente de Zola, transportava consigo um prestígio obtido fora da vida política para um debate político onde procurava influenciar e mobilizar o público. E não se parecia isso na medida em que conseguiu fazer passar as suas opiniões por um reflexo daquilo que pensavam já os seus leitores, ou seja, todos aqueles membros do imenso partido do meio termo que também estavam (ou queriam estar) de fora da política e das convulsões da massificação. Quando, num dos seus livros sobre a I Guerra, escreveu que «como espectador e comentador da guerra actual, o Autor considera-se o que os ingleses chamam *the man in the street*»³⁵, era afinal o próprio senso comum que fazia equivaler às suas opiniões.

O que nos traz de volta à massificação. Enquanto discurso hegemónico, texto flutuante do contexto histórico, nada há de mais massificado do que o senso comum. Claro que o senso comum não existe e o que existe são discursos que se conseguem fazer passar por tal. Por isso, o que interessa identificar em Agostinho de Campos é o que o distinguia, em primeiro lugar, dos outros membros do meio termo – aquilo que permitia que fosse ele o porta-voz dessa maioria silenciosa –, e em segundo lugar dos intelectuais agitadores de minorias. A forma da «Carta a um Rapaz» dá-nos parte desta resposta: Agostinho de Campos comportou-se sempre, no espaço público, como um professor, no sentido ambivalente em que estava simultaneamente próximo do aluno – em presença e não à distância existente entre o intelectual e o seu público – e longe dos outros intelectuais e das suas posições. Porque, por natureza, os professores não tomam posições, dissertam sobre matérias.

O comentário de Agostinho de Campos à crise das guerras mundiais pode assim ser visto como uma extensa dissertação dita com a altivez de quem está menos a discutir uma opinião do que a transmitir um conhecimento. Esta posição era sobretudo visível de duas formas. Em primeiro lugar, no estilo de Campos. O constante uso da ironia para falar sobre o mundo alcançou um efeito retórico de grande eficácia: mostrar a realidade

³⁴ Cf. MALPIQUE, Cruz – *Agostinho de Campos*, p. 27.

³⁵ CAMPOS – *A Europa...*, na apresentação do livro.

a partir do seu revés não se limitava a caricaturá-la: garantia ainda ao autor da ironia o efeito de humor que lhe permitia fazer-se passar por aquele que não só via a realidade na sua existência concreta, mas também com a lucidez que desconstruía as percepções que essa mesma realidade tinha de si própria.³⁶ O comentário de Campos, do interior da esfera pública comunicacional, foi assim uma espécie de metacomentário em que o seu sarcasmo transformou a realidade em sátira.³⁷

A outra forma do professorado intelectual de Agostinho de Campos teve que ver com a própria natureza da sua intervenção pública. Apesar do muito que escreveu sobre as guerras e a situação política daquele momento histórico, Campos foi sobretudo um linguista e pedagogo que, em títulos como *Casa dos Pais*, *Escola de Filhos e Língua e Má-Língua*, para além de outros já citados, dissertou longamente sobre a modernidade como processo de corrupção da infância e juventude (e a demopédia Republicana como um exemplo próximo e concreto desse processo) e a modernização como corrupção da linguagem (e a cultura de massa como ferramenta disso mesmo). Desempenhou, como professor, linguista e pedagogo, o papel de especialista das duas formas infra-estruturais do pensamento e da vida intelectual. Assim munido de um saber técnico sobre o que era o conhecimento e a aprendizagem, por um lado, e a comunicação e linguagem, por outro, deteve um estatuto intelectual praticamente imbatível. Tanto mais que pôde, do seu ponto de vista conservador, criticar a escola democrática e a linguagem da cultura massificada através dos dois meios de comunicação por excelência da primeira metade do século XX: os jornais de grande circulação, para onde sempre escreveu ao longo de mais de três décadas tanto em Portugal como no Brasil, e a rádio, onde pôde dispor de um espaço de difusão inédito, através da emissora do Estado, ao longo da década anterior à sua morte em 1944.

Podia ainda referir-se que Campos ocupou importantes cargos políticos educativos nos governos Franquistas dos últimos anos da Monarquia e mais tarde durante a Ditadura Militar. Ou que foi professor catedrático das Faculdades de Letras de Coimbra e de Lisboa. Ou falar do seu papel como crítico e historiador do nacionalismo português, nomeadamente através da organização de uma *Antologia Portuguesa* com que, no início dos anos 20, refez num sentido conservador todo o cânone literário nacional. O que aqui interessa salientar, porém, é o modo como o seu discurso conservador emitiu a sua crítica da modernidade e da massificação como grande fenómeno moderno, precisamente a partir do interior dos mecanismos mais poderosos da cultura dessa massificação. Os meios de que dispôs – os *mass media* mais poderosos do seu tempo – garantiram-lhe a massificação

³⁶ Apenas um exemplo, entre muitos outros possíveis, este com a vantagem de tratar, em meia dúzia de linhas, de educação, democracia, ciência, modernização e cinema: «*Une grave question... une circulaire énergique... des vœux émis...* e eis tudo quanto pode fazer no século XX, em defesa da educação e da moralidade infantil, a democracia triunfante. Nos tempos do despotismo, resolviam-se espontaneamente e como por instinto alguns problemas sociais. Hoje, a estatística dá-nos a conhecer admiravelmente os efeitos dos erros colectivos; a ciência analisa-lhes as causas com maravilhosa precisão: e depois os governantes emitem *circulaires énergiques*, proclamam o seu desejo louvável de que o mal se cure, e por aí se ficam. Com tanta ciência, com tanta burocracia, não há meio de fechar os barracões onde as crianças se transformam em gatunos. Mas sempre há dinheiro para abrir penitenciárias caríssimas, onde se transformam em doidos ou em assassinos os gatunos fabricados nos barracões baratos. Felizes tempos!...» in CAMPOS – *Educar na Família...*, p. 265.

³⁷ A eficácia retórica da ironia de Campos passava inclusivamente por ironizar sobre a sua própria posição, e é assim que devemos ler a sua pretensão em, do alto da atitude professoral, fazer passar o seu discurso como o senso comum do meio termo e fazer-se passar a si próprio como *the man in the street*.

da sua crítica da massificação, enquanto o seu estatuto lhe permitiu falar para as massas populares simultaneamente como membro do povo e seu professor.

Vimos como este estatuto ambíguo entre o intelectual e o professor, entre o condutor de massas carismático e o mestre próximo e amigo, lhe serviu sobretudo para traçar, através da defesa do trabalho, um programa de adaptação de uma estrutura social pré-capitalista à modernização industrial contemporânea. Em termos políticos, económicos e sociais, isto faz de Agostinho de Campos o intelectual por excelência do salazarismo como forma política do equilíbrio das elites económicas do capitalismo português perante a crise das guerras. Mas também num outro sentido: Campos foi o intelectual do salazarismo na medida em que controlou os mecanismos da cultura de massa, não para arrastar multidões atrás de ideias mobilizadoras, mas para as controlar sob a autoridade de um saber académico tornado unânime como senso comum. Assim, não são só as suas ideias que reflectem o que foi a prática política do salazarismo; a sua autoridade no espaço público coincidiu rigorosamente com a autoridade intelectual do próprio Oliveira Salazar.

BIBLIOGRAFIA

- CAMPOS, Agostinho de – *A Europa em Guerra. Comentário Leve da Grande Guerra*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1915.
- CAMPOS, Agostinho de – *Casa dos Pais, Escola de Filhos. Ensaios Sobre Educação*. Lisboa: Livraria Féris, 1917.
- CAMPOS, Agostinho de – *Educar na Família, na Escola e na Vida*. Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, 1918.
- CAMPOS, Agostinho de – *O Homem, Lobo do Homem. Comentário Leve da Grande Guerra II*. Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, 1921.
- CAMPOS, Agostinho de – *Portugal em Campanha. Comentário Leve da Grande Guerra III*. Paris: Livrarias Aillaud & Bertrand, 1923.
- CAMPOS, Agostinho de – *A Mãe de Todos os Vícios. Ensaios Sobre Educação*. Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, 1922.
- CAMPOS, Agostinho de – *Latinos e Germanos. Comentário Leve da Grande Guerra IV*. Paris: Livrarias Aillaud & Bertrand, 1923.
- CAMPOS, Agostinho de – *Ler e Tresler. Apontamentos de Linguagem e Literatura*. Porto: Livrarias Aillaud & Bertrand, 1924.
- CAMPOS, Agostinho de – *O Homem, a Ladeira e o Calhau*. Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, 1924.
- CAMPOS, Agostinho de – *A Carranca da Paz. Comentário Leve da Grande Guerra V*. Lisboa: Livrarias Aillaud & Bertrand, 1925.
- CAMPOS, Agostinho de – *Glossário de Incertezas, Novidades, Curiosidades da Língua Portuguesa, e Também das Atrocidades da Nossa Escrita Actual*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1938.
- CAMPOS, Agostinho de – *Língua e Literatura*. Lisboa: Editorial Império, 1939.

- CAMPOS, Agostinho de – *Falas sem Fio (Ajuntamento de Crónicas Eféreas)*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1943.
- CAMPOS, Agostinho de – *Língua e Má-Língua. Graças da Fala e Nós do na Escrita*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1944.
- MALPIQUE, Cruz – *Agostinho de Campos, educador e homem de letras*. Lisboa: Livraria Féris, 1960.
- TRAVERSO, Enzo – *À Feu et à Sang. De la guerre civile européenne, 1914-1945*. Paris: Stock, 2007.
- TRINDADE, Luís – *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O Salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2008.